

**HABEAS CORPUS Nº 536.980 - SP (2019/0295653-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**  
**IMPETRANTE** : LUIS ANTONIO GONZAGA  
**ADVOGADO** : LUÍS ANTÔNIO GONZAGA - SP148696  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : THAIS DA SILVA DUARTE (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de THAIS DA SILVA DUARTE, condenada, definitivamente, a 5 anos de reclusão, em regime inicialmente fechado, pela prática do crime de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06), contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

A defesa busca a fixação do regime inicial semiaberto.

Conforme informações constantes no *site* do Tribunal *a quo* (Execução n. 0003102-52.2018.8.26.0502), a paciente teve deferida a progressão ao regime semiaberto em 28/03/2019, restando demonstrada, portanto, a falta de interesse de agir.

Nesse sentido:

*AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PRETENSÃO DE PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL. SUPERVENIENTE CONCESSÃO PELO JUÍZO DA EXECUÇÃO PENAL. PLEITO PREJUDICADO. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.*

**1. A superveniente progressão para o regime prisional semiaberto, concedida pelo Juízo da execução criminal, acarreta a perda de objeto do habeas corpus, por falta de interesse de agir.**

**2. Agravo regimental desprovido.** (AgRg no HC 368.956/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/06/2018, DJe 29/06/2018)

*AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRETENSÃO DE FIXAÇÃO DO REGIME SEMIABERTO. PROGRESSÃO OBTIDA ANTES DO AJUIZAMENTO DO WRIT. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. VEDAÇÃO DE PROGRESSÃO PER SALTUM. SÚMULA 491/STJ.*

**1. A progressão para o regime pretendido, obtida na**

# *Superior Tribunal de Justiça*

***origem, evidencia a falta de interesse de agir no writ ajuizado posteriormente à obtenção do benefício, porquanto não mais vigente o regime prisional atacado na impetração.***

2. O fato de o paciente ter sido progredido ao regime semiaberto não lhe confere o direito à continuação do cumprimento de sua pena em regime aberto, dada a necessidade de permanecer 1/6 da pena em cada regime. Súmula 491/STJ veda a progressão per saltum. *Precedente.*

3. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC 377.868/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 06/12/2016, DJe 16/12/2016)

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimações necessárias.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator